

FLÁVIO FREITAS



BRAGA ROMANA
CORTEJO TRIUNFAL DO IMPÉRIO
'BRACARA AUGUSTA TRIUMPHALIS'
ATRAIU MILHARES AO CENTRO
Págs. 4 e 5

Correio do Minho.pt

SÁBADO 26 MAIO 2018 | Director PAULO MONTEIRO | Ano LXXX Série VI N.º 10737 DIÁRIO € 0.85 IVA Inc.

Publicidade

J.O.R.G.E
OCULISTA

ARCOS V. · BARCELOS · BRAGA · FAMILIÇÃO
GUIMARÃES · IOANE · PORTO · RIBA D'AVE
RIBEIRÃO · S. TIROSO · TAIPAS · TROFA · VIANA
VIATODOS · VAVES · VILA DO CONDE · VIZELA



SUPLEMENTO CONFERÊNCIA ORGANIZADA PELO CORREIO DO MINHO/ANTENA MINHO E EIXO ATLÂNTICO

COOPERAÇÃO É VITAL PARA A EURO-REGIÃO



ROSA SANTOS



DR

BARCELOS
IPCA reforça aposta na tecnologia com
Centro I&D em Inteligência Artificial
Pág. 12



FLÁVIO FREITAS

PONTE DE LIMA
Festival Internacional de Jardins
alerta para as mudanças do clima
Pág. 16

Publicidade

POUPE ESTA SEMANA
- 22 A 28 DE MAIO - PINGO DOCE BRAGA PARQUE

POUPE 30% EM TODOS OS SOLARES
Veja mais marcas abrangidas nos espaços BemEstar

PIZ BUIN

CASA
Deixoto
IDEIAS CONSTRUTIVAS.

40 anos a projetar o futuro.



VIANA DO CASTELO
GUIMARÃES
BRAGA
PORTO
LISBOA

40
ANOS



PALÁCIO DO RAI O | BRAGA

SEGURANÇA TRANSFRONTEIRIÇA LIGAÇÕES NORTE PORTUGAL/GALIZA

Correio
do Minho.pt

Antena Minho

CONFERÊNCIA



CO-ORGANIZAÇÃO



APOIO





PAULO MONTEIRO LOUVOU RESPOSTAS E SOLUÇÕES DEBATIDAS

“Conferência é marco e contributo para a cooperação transfronteiriça”

“O que podemos fazer para melhorar na prevenção e combate? O que é importante fazer para trabalharmos em conjunto?”. Estas foram algumas das perguntas que ontem foram respondidas na conferência ‘Segurança Transfronteiriça - Ligações Norte Portugal/Galiza’, organizada pelo jornal Correio do Minho e rádio Antena Minho e que uniu altos responsáveis pela protecção civil dos dois lados da fronteira.

Foram cerca de três horas em que o tema foi debatido e analisado, com várias sugestões, ideias, avisos e soluções a serem apresentadas por aqueles que têm trabalhado para garantir a qualidade e segurança dos sistemas de protecção civil.

Paulo Monteiro, director do jornal Correio do Minho e da rádio Antena Minho, deu início ao evento, começando por apresentar as origens desta conferência de colaboração entre o Norte de Portugal e Galiza. “O tempo passa demasiado depressa. Já vamos na 4.ª conferência organizada pelo Grupo Arcada Nova, em resposta a um desafio colocado pelo Eixo Atlântico, por Xoan Mao, para que se realizasse uma conferência que juntasse o Norte de Portugal e a Galiza, com temas comuns e que interessassem aos dois. A primeira, em 2015, no Mosteiro de Tibães, com o tema ‘Potencial Económico dos Caminhos de Santiago’. Em 2016, no Museu dos Biscainhos, discutiu-se ‘O Futuro do Minho’. Foram dois sucessos estrondosos onde se discutiram temas actuais e interessantes, com a participação das grandes entidades e empresas dos dois lados da fronteira. No ano passado, no Museu Nogueira da Silva, discutiu-se e debateu-se se a ‘Regionalização tem Futuro?’”, recordou o director, acrescentando que o objectivo de “voltar a juntar o Norte de Portugal e a Galiza com um novo tema: ‘Segurança Transfronteiriça - Ligações Norte Portugal/Galiza’” ajudou a levantar e responder a várias perguntas que necessitavam de resposta urgente: “Será que existe segurança? Será que a não existência de fronteiras para qualquer um de nós, que passa a ponte do rio Minho como se os dois países fossem um só, num claro demonstrativo de união e uma verdadeira união europeia, também o é para as forças de segurança e para os soldados da paz?”

Recordando vários episódios recentes



ROSA SANTOS

Paulo Monteiro, director do jornal Correio do Minho e rádio Antena Minho, louvou as soluções apresentadas na conferência

“Será que existe segurança? Será que a não existência de fronteiras para qualquer um de nós, que passa a ponte do rio Minho como se os dois países fossem um só, num claro demonstrativo de união e verdadeira união europeia, também o é para as forças de segurança e soldados da paz?” “O que aconteceu em 2017 em Portugal e na Galiza não pode voltar a acontecer. Por isso, é necessário fazer desta conferência um marco e um contributo para não voltarmos a noticiar este tipo de acontecimentos tristes.”

em que o país foi fustigado por tragédias como os incêndios (que tiveram vários mortos e feridos, para além da área queimada e de casas destruídas), Paulo Monteiro afirmou que “o que aconteceu não pode voltar a acontecer e é preciso recordar para não esquecer. As tragédias também passaram pelo Minho e pela Galiza, onde morreram três pessoas. Num dia fatídico, o fogo saltou o rio Minho... Ou será que não? O ano de 2017 foi para esquecer em Portugal e na Galiza. É necessário saber o que podemos fazer e trabalhar em conjunto. Juntos na prevenção, combate, ajuda e interajuda. Tudo é importante, ou não pertencessemos a uma União Europeia que se quer cada vez mais solidária, coesa e unida. Aliás, esta Euro-região, de seis milhões de habitantes é exemplo em todo o Mundo. São faladas em Bruxelas as sinergias entre localidades dos dois lados do rio Minho, onde se dividem tarefas, onde se utilizam os mesmos transportes, partilham pavilhões ou piscinas e

onde até constroem pontes... de Amizade. E porque não unir esses esforços também na segurança transfronteiriça? Se vivemos numa Europa sem fronteiras, porque não partilhar recursos no que diz respeito à protecção civil”.

No resumo de uma conferência que se esperava muito proveitosa, foi possível “abrir-se ao diálogo a partilha de experiências e conhecimento dos dois lados da fronteira, que não devia existir quando falamos de sistemas de protecção civil. E foi possível responder a questões fulcrais e arranjar soluções para perguntas como: o que podemos fazer para melhorar na prevenção e no combate? O que é importante fazer para trabalhar em conjunto? É isso que tentámos responder nesta conferência de partilha e de pensar pela positiva. E foi por isso que procurámos fazer desta conferência um marco e um contributo para não voltarmos a noticiar este tipo de acontecimentos tristes”, finalizou Paulo Monteiro.



XÓAN VÁSQUEZ MAO SECRETÁRIO GERAL DO EIXO ATLÂNTICO

Prevenção e combate conjuntos para acabar com hipocrisia política

Depois dos incêndios que assolaram o país e a Galiza em Outubro passado e da explosão de uma fábrica ilegal de pirotecnia em Tui esta semana, a segurança transfronteiriça está, mais do que nunca, na ordem do dia. “Só se fala de falta de segurança quando ela falha. Temos de exigir mais meios, mais recursos humanos, mais informação e mais partilha de dados, tudo o resto é hipocrisia política”, acusou o secretário geral do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Xóan Vásquez Mao, na sessão de abertura da conferência promovida ontem pelo jornal Correio do Minho, pela rádio Antena Minho e por aquela associação transfronteiriça.

‘Segurança transfronteiriça - ligações Norte de Portugal/Galiza’ foi a temática da conferência deste ano e Xóan Mao considera “fundamental que, dos dois lados da fronteira, haja capacidade e para isso é necessário que as forças de segurança de um país possam entrar no outro país, porque o fogo não conhece fronteiras”. Mas, continuou Xóan Mao, “infelizmente não há grandes recursos”. Logo, o secretário geral deixou o repto: “partilhem os meios que temos dos dois lados da fronteira”.

Já não é de agora, que o Eixo Atlântico, organização transfronteiriça que une o Norte de Portugal e a Galiza (Espanha), reclama a criação de uma “entidade coordenadora de emergência”, que congregue recursos dos dois países em matéria de combate a incêndios e ao crime. “Precisamos de mais cooperação e de mecanismos mais ágeis e daí a proposta de criar uma entidade coordenadora de emergência com comando dos recursos dos dois países”, confirmou ainda o secretário-geral do Eixo Atlântico.

Aquele responsável apontou também como problema no combate aos incêndios e à criminalidade na zona transfronteiriça Norte de Portugal/Galiza a falta de investimento e o pouco crédito dado à investigação como meio de prevenção.

Ainda durante o discurso de abertura da conferência, Xóan Mao defendeu isso mesmo, já que a segurança é fulcral para criar condições de vida e trazer investimento. “Se não há segurança não há desenvolvimento nem qualidade de vida para os cidadãos”. E referindo-se à mais recente tragédia que afectou Tui, o responsável daquela associação transfrontei-



ROSA SANTOS

Xoan Vásquez Mao, secretário geral do Eixo Atlântico, lamenta “hipocrisia política”

riça acusou: “não falhou a prevenção. Ali é clara e nítida a hipocrisia política. Toda a gente sabia que existia ali uma empresa ilegal de fogo de artifício. Agora é que vão fazer investigação? Por que não a fizeram antes? Se se sabia por que não se cumpriu a lei antes?”.

Perante este cenário, o secretário geral lembrou que somos sete milhões de pessoas e com toda esta massa crítica é preciso mostrar trabalho para que os jovens não tenham que continuar a sair do país. E a segurança, voltou a evidenciar Xóan Mao, “é fulcral para se conseguir ter condições de vida e de investimento”.

A política florestal, lamentou o secretário geral, “está para favorecer as empresas e os interesses económicos não para conservar o ambiente nem a natureza. As políticas florestais estão do lado dos incendiários. A prevenção é determinante para não se continuar todos os anos a ter os pastos em chamas”.

O certo é que a política florestal tem que ter “mais recursos e mais meios, melhores condições de trabalho e partilha de dados”. E um bom exemplo disso foi o caso da explosão que abalou Tui ainda esta se-

mana. “Temos de reclamar mais meios em conjunto e o caso de Tui foi o exemplo de cooperação transfronteiriça com a protecção civil de Viana do Castelo que foi ajudar”.

E sobre o terrorismo na Europa, aquele responsável foi peremptório: “não se combate, reestabelecendo as fronteiras, não podemos mudar a nossa forma de viver por causa dos terroristas, isso seria uma vitória para eles”. E Xóan Mao atirou: “estamos sempre a pressionar para fazerem grandes obras, isso é bom, mas também é preciso mais meios de segurança. Por isso, este debate é muito importante ser levado à sociedade. As coisas têm de ser chamadas pelos nomes e a classe política tem que ser consciente e perceber a realidade”.

Quando a esta iniciativa, que se realiza pelo quarto ano consecutivo em parceria com o Eixo Atlântico, Xóan Mao afirmou com convicção: “o jornal Correio do Minho e a rádio Antena Minho têm a capacidade de levar o debate a quem não conseguiu ou não teve oportunidade de assistir à conferência e ajudar neste despertar importante de consciências”.

“No plano científico temos um grupo de investigadores nas nossas universidades extraordinariamente importante e competentes, qualificados, que estão a fazer um trabalho óptimo na análise das causas dos incêndios. Só que, infelizmente, não estamos a dar ouvidos aos cientistas, nem estamos a dedicar os fundos necessários para a investigação”, lamentou o secretário geral do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Xóan Mao, deixando o recado: “sabemos que há interesses económicos no combate e, às vezes, a linha divisória não é muito clara”.



CONFERÊNCIA 1

Licenciatura em Protecção Civil aguarda luz verde do Governo

A Universidade do Minho aguarda apenas “luz verde” do Governo para avançar com a Licenciatura em Protecção Civil e Gestão do Território que está pronta para ser ministrada, referiu, ontem, António Bento Gonçalves. Aprovado pela A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e registado pela Direcção-Geral do Ensino Superior já em 2015, o projecto tem-se mantido na gaveta desde então. A Licenciatura em Protecção Civil e Gestão do Território é um projecto conjunto do Instituto de Ciências Sociais e da Escola de Engenharia.

Investigador da UMinho critica cobertura televisiva dos incêndios

O investigador António Bento Gonçalves considerou ontem que as televisões fizeram um trabalho execrável na cobertura dos incêndios que assolaram Portugal. “Fizeram uma cobertura televisiva centrada na espectacularização do fogo e do drama humano”, criticou.

Já no caso das rádios e da imprensa escrita considera que foi feita uma cobertura rigorosa e útil para a população.

GIPS atentos na Conferência sobre Segurança Transfronteiriça

A Conferência sobre Segurança Transfronteiriça - Ligações Norte de Portugal/Galiza contou, na assistência, com a participação de militares da 4.ª Companhia dos GIPS - Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro da GNR que fazem a cobertura da região, nomeadamente na zona transfronteiriça.

PAINEL SOBRE FOGOS FLORESTAIS

Incêndios extremos são a nova realidade, alertam os especialistas

Este novo regime de incêndios extremos — como ocorreu em 2017 — deverá tornar-se a nova realidade. O alerta foi partilhado por António Bento Gonçalves e Juan Picos, professores das Universidades do Minho e de Vigo, respectivamente, no primeiro painel da Conferência ‘Segurança Transfronteiriça - Ligações Norte de Portugal/Galiza’, sessão que contou ainda com a intervenção de João Felgueiras, comandante dos Bombeiros Sapadores de Braga.

António Bento Gonçalves, o primeiro convidado a intervir, alertou para as ocorrências cada vez mais frequentes de incêndios extremos, constatando que “os sistemas actuais de combate a incêndios florestais não estão preparados para enfrentar este novo regime de incêndios extremos”.

O investigador da Universidade do Minho criticou também o facto de, em Portugal, se legislar para o país e não para a região.

“Faz-se a mesma legislação para Algarve, para o Alentejo e para o Minho, sem se conhecer o terreno. Quem conhece o terreno sabe que a floresta no Minho é muito diferente da floresta da região do Sul e até da do centro do país. A nossa floresta tem mais semelhanças com a galega do que com o resto do país”, realçou, reivindicando que o que faria sentido era “haver legislação para o Norte de Portugal e da Galiza em termos de ordenamento florestal e também em termos de prevenção e de combate a fogos florestais.

A título de exemplo, referiu que, no Minho, “a área florestal que foi limpa em Fevereiro está agora em condições para arder”, pois a região tem a particularidade de ser muito verde no Inverno e particularmente seca no Verão. Tal já não aconteceu no resto do país.

Em Portugal, actualmente o risco de incêndio é o único que tem vindo a aumentar em Portugal, ao contrário de todos os outros riscos. O panorama não é animador, fruto de muitas circunstâncias, como relatou o especialista que teme que em 2020 já não exista memória da tragédia que foi 2017 para o país.

O investigador louvou o trabalho dos bombeiros, realçando que 2017 só não foi mais trágico graças à actuação dos soldados da paz. E para exemplificar que os incêndios que ocorreram foram mesmo ex-

“A legislação não pode ser igual para todo o país. Eu não posso defender a minha floresta no Minho como no Algarve ou no Alentejo. (...) O mesmo acontece com a limpeza dos terrenos. Aquilo que se limpou em Fevereiro, no Minho, em Julho está pronto para arder.”

ANTÓNIO BENTO GONÇALVES



tremos, referiu que os dados mais recentes mostram que 1,1% das ocorrências de incêndio registadas, no ano passado, em Portugal, foram responsáveis por 93% da área ardida. “Ou seja, os bombeiros, a protecção civil, conseguiram debelar 99% dos incêndios”. No ano passado, as estatísticas dizem que arderam 389.000 hectares de floresta em Portugal.

Crítico do trabalho de secretaria feito por quem não está nem conhece o terreno, António Bento Gonçalves considera que é urgente apostar num novo ordenamento do território, na gestão florestal e no planeamento florestal.

Sustentou igualmente que é necessário apostar na educação, algo que não se tem feito. Actualmente, a matéria dos incêndios florestais e a sua prevenção passa “ao lado” dos currículos do ensino básico e do secundário.

E em matéria de educação aproveitou para lembrar que a Universidade do Minho tem preparada para iniciar, com todas e aproveações necessárias, uma licenciatura em Protecção Civil. Só ainda não avançou porque o Governo ainda não autorizou.

**SEGURANÇA
TRANSFRONTEIRIÇA
LIGAÇÕES NORTE
PORTUGAL/GALIZA**



ROSA SANTOS

Primeiro painel debateu os 'Incêndios' e contou com a participação de Bento Gonçalves, Juan Picos e João Felgueiras. A moderação esteve a cargo de Rui Alberto Sequeira

Já na parte do debate, o investigador da Universidade do Minho sublinhou “que a defesa da floresta tem de ser feita com as pessoas e não contra as pessoas”. E para evidenciar a importância do papel das pessoas considerou que foi “um crime” retirar as pessoas do pinhal de Leiria, que em Outubro ardeu 80%. “Não se pode proibir as pessoas de ir lá, de recolher as pinhas e a caruma. Isso faz parte da limpeza”. Ou seja, “temos de fazer a limpeza da floresta com as pessoas e não contra as pessoas”.

Em concreto sobre o tema da conferência, considerou que é imprescindível apostar na cooperação transfronteiriça, uma cooperação que se quer pró-activa para se apostar na prevenção dos incêndios florestais. Lembrou que os incêndios têm atingido formas cada vez mais devastadoras com projecções que ultrapassam os 30 Km, como já aconteceu na Austrália. “Cá em Braga, nos incêndios de Outubro, há registo de saltos de fogo (projecções) de 3 Km”, exemplificou.

Estas projecções explicam a razão pela qual, por exemplo, um rio, como o rio Minho, não é barreira para a propagação

das chamas. E exemplo disso é o que aconteceu a 15 de Outubro, quando um incêndio em Monção “galgou” o rio Minho e propagou-se pela região galega de As Neves.

A cooperação, que deve ser a todos os níveis, desde a investigação ao combate, passando pela prevenção.

Na mesma linha, o investigador galego Juan Picos referiu que “também na Galiza a memória é curta” no que toca a incêndios florestais, aludindo aos mais graves que assolam a Galiza. No entanto, vincou que 2017 acaba mesmo por ficar marcado como “o pior ano de incêndios” não só

“Não vale a pena definir linhas e estratégias de cooperação se depois não há financiamento para as concretizar.

A cooperação justifica-se, mas tem de ser concretizada.”

JUAN PICOS

em Portugal e na Galiza, como também a nível mundial, “com o benefício de, nesse ano, na Austrália os fogos não terem sido tão devastadores como é habitual”.

O investigador da Universidade de Vigo referiu que o que se passou em 2017 em matéria de incêndios florestais, se tivesse tradução na escala de Richter equivaleria a incêndios “de grau 9 ou mais”. Ou seja, ocorreram incêndios que rebentariam a escala.

Juan Picos deixou ainda uma alerta de que “é para estes fenómenos extremos que temos de nos preparar. Temos de estar preparados para tudo. Temos de ensinar as pessoas a estar preparadas para tudo”.

Juan Picos referiu ainda que os protocolos de actuação são diferentes em Portugal e na Galiza, embora existe uma faixa de 15 Km, para cada lado da fronteira, em que pode ser accionada a actuação comum.

Numa altura em que as projecções dos incêndios são cada vez mais graves fica patente a necessidade de reforçar este protocolo de actuação e de privilegiar o trabalho em rede.

No entanto, avisou, este trabalho em re-

“O que eu observo é que nos incêndios em eucaliptal temos projecções que chegam aos 30 Km na Austrália. Em Portugal, a Universidade de Trás-os-Montes já mediu uma projecção superior a 7 Km que provocou um incêndio. Cá, em Braga em 15 de Outubro, eu assisti a uma projecção de um incêndio que terá tido uma distância de 3Km. Foi de um incêndio em eucaliptal.”

JOÃO FELGUEIRAS

de só faz sentido se houver financiamento que o acompanhe. “Não vale a pena estudarmos a estudar e definir linhas de cooperação, se posteriormente não houver dinheiro para as concretizar”, disse, num recado a quem decide sobre estas matérias.

Este trabalho em rede deve também ser feito no contexto europeu, uma vez que aquilo que se passa na Península Ibérica acaba por ter repercussões no resto da Europa e prova disso são os fumos/gases libertados pelos incêndios de Outubro que, desde o Minho e da Galiza, se espalharam por todo o Norte da Europa.

O último interveniente neste painel, João Felgueiras, traçou um quadro daquilo que foram os incêndios em Portugal nos últimos 75 anos para evidenciar como estes se tem vindo a tornar mais devastadores. Referiu que 69% da superfície do país potencia a eclosão de incêndios e deixou duras críticas às políticas de ordenamento florestal que tem permitido o crescimento das plantações de eucaliptos e de outras espécies exóticas que além de resistentes ao fogo contribuem para a sua propagação, caso das acácias e das ‘ákeas’. E não resistiu a deixar um desafo: “Temo que um dia se fale no eucaliptal de Leiria”.

O comandante dos Bombeiros Sapadores é radical ao defender que o eucalipto deve ser tratado como se tratam as ervas daninhas num jardim, porque os seus prejuízos, concretamente em termos de incêndios florestais, são mais graves do que os benefícios.

Referiu ainda que actualmente os bombeiros, no combate ao fogo no terreno, encontram nos arbustos um grande obstáculo à sua actuação. Por arbustos referia-se sobretudo ao mato, que antigamente as pessoas cortavam para aproveitar para as cortes dos animais, mas que agora alastra na nossa floresta e que dificulta a acção dos bombeiros e ajuda a propagar o fogo.

E concluiu realçando que actualmente mais do que a defesa da floresta contra os incêndios passamos para a defesa das pessoas contra os incêndios das florestas.



CONFERÊNCIA 2

Traçar um plano de emergência transfronteiriço

O administrador executivo do Hospital de Braga, João Ferreira, manifestou ontem a disponibilidade da unidade de saúde para participar num plano de emergência transfronteiriça, até para que cada entidade saiba qual é o seu papel em caso de uma emergência transfronteiriça. João Ferreira foi um dos intervenientes, ontem, no segundo painel da conferência 'Segurança transfronteiriça - ligações Norte de Portugal/Galiza' co-organizada pelo jornal Correio do Minho/Rádio Antena Minho e pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Vários cenários testados em simulacros

Desde 2012 que o Hospital de Braga realiza, todos os anos, um simulacro para testar a resposta, tendo já testado uma multiplicidade de cenários, a maioria relacionados com situações internas, explicou ontem o administrador-executivo, João Ferreira. Incêndios em diferentes áreas do hospital, ameaças de bomba; queda de um helicóptero e uma explosão nos laboratórios estão entre as situações cuja resposta já foi simulada.

Só situações de nível 3 têm o envolvimento de entidades externas e também essa situação já foi testada.

Plano de Catástrofe identifica riscos e vulnerabilidades

O Plano de Catástrofe do Hospital de Braga é uma emergência que surgiu com a primeira acreditação na área da qualidade, logo em 2001. O plano, que já foi testado por diversas vezes, passa por identificar riscos e vulnerabilidades, internas e externas.

TRABALHO NO TERRENO

Cooperação bilateral já se faz na prática na área das emergências

Um bom exemplo de cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza está no Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Valença/Tui, um dos cinco criados na fronteira entre Portugal e Espanha como solução para exercer algum controlo nas zonas transfronteiriças.

O coordenador do Centro de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) de Valença/Tui, o inspector de polícia, Rudiger Oya Steinbruggen, abordou ontem a 'Resposta ante as emergências transfronteiriças' no âmbito do segundo painel da conferência sobre 'Segurança Transfronteiriça - ligações Norte de Portugal/Galiza'.

Numa Europa que não tem fronteiras, uma das soluções passa por criar centros de cooperação, aponta o coordenador do CCPA de Valença/Tui que admite que "as zonas transfronteiriças são as mais complicadas porque os criminosos podem passar de um lado para o outro".

E se é fácil passar de um lado para o outro, para quem trabalha no terreno - incluindo-se aqui todo um conjunto de entidades e forças de segurança - "há problemas de soberania nacional" reconhece Rudiger Oya Steinbruggen, que considera que "a troca de informação ao nível da cooperação policial e aduaneira permite ter acesso ao máximo de informação possível logo na primeira intervenção".

No CCPA de Valença/Tui são oito entidades a cooperar no quadro do reforço da segurança previsto no acordo de Schengen.

"Já que não há fronteira tem que haver forma de exercer algum controlo" explica o inspector, exemplificando com operações de controlo móvel e a criação de patrulhas mistas num raio de 50 quilómetros, a par do apoio à vigilância e perseguição transfronteiriça.

Face ao trabalho que já se faz no terreno, Rudiger Oya Steinbruggen defende a necessidade de "trabalhar em acordos bilaterais que se vão actualizando e aperfeiçoando para que a coordenação e a eficácia sejam cada vez maiores".

A 2.º comandante operacional distrital de Braga, Marinha Esteves, que representou a Autoridade Nacional de Protecção Civil, historiou que a cooperação bilateral entre a República de Portugal e o Reino de Espanha iniciou-se na década de 80 fruto dos laços históricos e dos riscos comuns entre os dois países.

Esta cooperação evoluiu para a assistência recíproca em caso de emergências protocolada em 2011 e para uma normal operacional permanente, em 2012, sempre com o objectivo de que os intervenientes saibam como proceder perante as ocorrências.

O protocolo de actuação é diferente conforme as ocorrências se localizem dentro ou fora da zona fronteiriça, mas, em qualquer caso, "actuamos primeiro e informamos depois" garantiu a 2.º CODIS.

No raio de 15 quilómetros fronteiriços acordados entre os dois países, se houver alerta de incêndio o comandante distrital acciona os meios para o ataque inicial e informa o Comando Nacional de Opera-

O incêndio que deflagrou em território espanhol, a 10 de Outubro do ano passado, mas que estava próximo da Portela do Homem, em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês, obrigou a uma atitude "proactiva" e a deslocar meios para a Galiza, explicou a 2.º comandante operacional distrital, Marinha Esteves.



A resposta às emergências, que também podem ser transfronteiriças, foi abordada por diferentes entidades, no segundo painel composto por João Ferreira, Marinha Esteves, Manuel Moreira, Rudiger Oya Steinbruggen e moderado por Rui Miguel Graça

ções de Socorro (CNOS) e o representante do Governo Regional da Galiza, no caso do Minho/Galiza.

Sempre que há meios portugueses a intervir em Espanha, é aberta uma ocorrência no sistema de apoio à decisão operacional.

Marinha Esteves sinaliza que uma das maiores áreas de perigo de incêndio florestal fica na zona de fronteira partilhada pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês e pelo Parque Natural Baixa Límia - Serra do Xurés, uma área de conservação muito importante que exige "proactividade" na sua protecção.

Foi o que aconteceu a 10 de Outubro do ano passado, com a aproximação de um incêndio que deflagrou em território espanhol, na zona da Portela do Homem.

O incêndio estava a ser monitorizado pelas autoridades portuguesas, mas "achamos por bem sermos proactivos e deslocar meios para a Galiza" explicou a 2.º CODIS.

Foi montado um posto de comando e mobilizados 113 operacionais e 39 veículos portugueses bem como dois meios aéreos que, sempre em coordenação com os meios espanhóis, conseguiram que "pouco ou nada" entrasse em território português.



CONFERÊNCIA 2

GIPS já esteve envolvido em 40 mil incêndios

Criado em 2006, o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da GNR tem como missão a prevenção e reacção em cenários de primeira linha, onde se inclui a primeira intervenção no combate a incêndios florestais. O comandante da 4.ª Companhia do GIPS, Capitão Manuel Moreira, destaca a "elevada qualidade técnica e física dos militares" desta força que se enquadra numa "estrutura hierárquica bem definida e estruturada". Desde a sua criação até à data, o GIPS já esteve envolvido em 40 mil incêndios florestais e, em conjunto e sinergia de esforços com os outros agentes de Protecção Civil, a maioria dos incêndios foi debelada nos primeiros 90 minutos, apontou o Capitão Manuel Moreira.

Hospital de referência para o Minho

Por ser o hospital de referência para todo o Minho, o Hospital de Braga tem como missão "dar resposta a toda esta região" assume o administrador-executivo, João Ferreira. A resposta à região inclui contactos com o outro lado da fronteira, admite João Ferreira, que reforça: "temos que estar preparados para participar, para intervir, de forma efectiva, em rede, caso haja uma emergência". O administrador-executivo exemplificou com o incêndio que a 15 de Outubro do ano passado atingiu várias freguesias do perímetro urbano da cidade de Braga e que ameaçou um dos hospitais privados. "Estávamos preparados para receber os doentes daquele hospital se ele fosse evacuado" garantiu o responsável do Hospital de Braga.

Operações de Socorro de Ourense.

A presença dos militares do GIPS na proximidade da zona de fronteira da Portela do Homem já os levou a intervir em diferentes situações, incluindo num acidente de viação em que um dos meios de socorro também sofreu um acidente a caminho do local.

A intervenção do GIPS não se limita aos incêndios florestais, sendo uma força preparada para intervir em operações de busca e resgate em montanha, outra característica do Parque Nacional.

Aliás, tem vindo a aumentar o número de missões realizadas pelo GIPS nesta

A 4.ª Companhia do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da GNR que intervém na região, desde a criação desta força, é composta por cerca de 80 militares, dez veículos ligeiros e duas viaturas específicas para busca e resgate em montanha. Tem intervenção em cerca de mil incêndios por ano.

O Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS) da GNR é uma das forças projectadas para a primeira intervenção em incêndios florestais no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), uma das zonas de fronteira que merece uma atenção especial.

Distribuída pelos distritos de Braga, Viana do Castelo e agora também Porto, a 4.ª Companhia do GIPS tem a missão de actuar na primeira intervenção de incêndios com recurso a meios terrestres e meios aéreos, através das brigadas heli-transportadas.

O comandante da 4.ª Companhia do GIPS, Capitão Manuel Moreira, participou ontem no segundo painel da conferência 'Segurança transfronteiriça - ligações Norte de Portugal/Galiza' onde mostrou um vídeo de uma intervenção da brigada heli-transportada que evidencia o "trabalho que acarreta um enorme risco, não só pelo combate, mas por operar um meio aéreo" afirmou.

Em matéria de riscos, o Norte de Portugal e a Galiza têm muito em comum, reconhece o comandante do GIPS que garante que "há vasos comunicantes permanentes" com diversas entidades que incluem o Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Valença/Tui e o Centro de

ROSA SANTOS



JOSÉ MARIA COSTA, PRESIDENTE DA CM VIANA DO CASTELO E DA AG DA RIET

“Centro coordenador de urgências é solução necessária e imediata”



ROSA SANTOS

José Maria Costa revelou que a Rede Ibérica Transfronteiriça (RIET) vai propor a criação de um Centro Coordenador de Emergência de Fronteiras

A criação de um Centro Coordenador de Emergência de Fronteiras foi apontado, por José Maria Costa, como de criação extremamente necessária e urgente. Para o presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e também presidente da Assembleia Geral da Rede Ibérica Transfronteiriça (RIET), apesar da “consciência, trabalho e profissionalismo de muitas entidades - o que nos dá garantias de que estamos preparados para pensarmos para a frente -, somos um país com uma fronteira terrestre de 900 km, mas também uma vasta fronteira aérea e marítima. E há a preocupação de ter cada vez mais espaços de cooperação transfronteiriços”.

A questão da segurança é extremamente importante para a cooperação transfronteiriça e, para o orador, é-o ainda mais “quando estamos confrontados com alterações climáticas, com problemas que não tínhamos no passado, com o facto de termos um trânsito aéreo e marítimo mui-

“Foi feita, nos últimos anos, uma evolução positiva de cooperação com Espanha. Mas não é compreensível que, numa situação de emergência, existam ainda cinco procedimentos administrativos antes de chegarmos às ocorrências. É este tipo de situações que temos que resolver e encontrar soluções.”

“Está na altura de dar um passo em frente e a RIET tem reflectido sobre isso. Vamos propor, para ser apresentada na próxima Cimeira Ibérica, a constituição de um Centro Coordenador de Emergência de Fronteiras.”

to maior - sendo que este último vai crescer ainda mais com o alargamento do Canal do Panamá -, temos problemas novos que precisam de soluções novas”.

Segundo José Maria Costa, nos últimos anos foi feita uma boa e positiva evolução na cooperação entre Portugal e Espanha, mas o autarca afirma não ser “compreensível que, numa situação de emergência, existam ainda cinco procedimentos administrativos antes de chegarmos às ocorrências. É este tipo de coisas que temos que resolver e encontrar soluções. Porque temos muitas questões de segurança que podem ocorrer e para as quais temos que estar preparados como as questões dos incêndios, das barragens, dos derrames, das centrais nucleares, da segurança das pescas, da poluição marítima, da questão da segurança e também dos acidentes aéreos”.

Por isso mesmo, o responsável da RIET anunciou estar “na altura de dar um passo em frente e a RIET tem reflectido sobre isso. Vamos propor para ser apresentada

há próxima cimeira ibérica, a constituição de um Centro Coordenador de Emergência de Fronteiras”. “Este organismo vai permitir que tenhamos uma acção concreta, rápida, eficiente e em tempo útil daquilo que são os diversos problemas que têm a ver com a afectação de recursos e a mobilização de meios de forma mais rápida”, considerou o autarca, acrescentando ainda que as zonas de “fronteira estão envelhecidas, pouco povoadas e com poucos meios de combate. É fundamental que esta rapidez e a celeridade necessária seja criada o mais rápido possível”.

Mas José Maria Costa aproveitou a presença do eurodeputado José Maria Fernandes para deixar um recado, lembrando que é preciso ter da Europa “uma atenção muito grande para responder a estas questões e esse centro de combate poderia ajudar e muito ao que é necessário. É preciso também uma eficácia maior a nível europeu. É uma área muito relevante, que merece e precisa de atenção”.



JOSÉ MANUEL FERNANDES APONTA POSSIBILIDADES DO ORÇAMENTO DA UE

Há mais verbas para reforçar a união entre fronteiras

O “orgulhosamente sós não funciona” em matérias como a Protecção Civil, assumiu ontem o eurodeputado ao Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes na conferência ‘Segurança transfronteiriça - ligações Norte de Portugal/Galiza’, onde defendeu que “face a desafios globais que ultrapassam as fronteiras, devemos actuar em conjunto”.

O eurodeputado e também relator para o Fundo de Solidariedade da União Europeia (UE) ‘desmonta’ o argumento da soberania nacional ao afirmar que “a partilha de soberania nestas área significa um reforço de soberania, mas também poupança e eficiência”.

José Manuel Fernandes lembra que, com as alterações climáticas, os fenómenos extremos vão acontecer cada vez mais, daí a relevância de um novo Mecanismo Europeu de Protecção Civil que, no entender do eurodeputado, “deve ser supletivo” e ser aplicado não só nos incêndios florestais, mas também no caso de outras emergências como um ataque terrorista ou um terramoto.

O novo mecanismo prevê meios partilhados à escala europeia, uma partilha voluntária dos Estados-membros “até porque se trata de competências nacionais e não europeias” realça o eurodeputado.

Para exemplificar a eficácia da partilha de meios, José Manuel Fernandes refere que 15 aviões, geridos a nível central, têm a mesma eficácia que 50 geridos pelos diferentes Estados-membros.

Para o eurodeputado, é a eficiência mantendo o princípio da subsidiariedade.

Na qualidade de relator para o Fundo de Solidariedade da UE, lembra que, na próxima semana, vão ser votados apoios de 50,6 milhões de euros para Portugal uma ajuda “pós-catástrofe”, sendo que a Galiza vai receber também apoios por “contágio de Portugal” explica José Manuel Fernandes que apela à prevenção.

“Devemo-nos virar para a prevenção” reforça o eurodeputado lembrando as contas feitas pela Comissão Europeia que mostram que um euro investido na prevenção na Protecção Civil poupa 7 euros nas danos evitados.

Neste contexto, é preciso utilizar os fundos disponíveis para a prevenção e que se incluem no envelope financeiro de 26 mil milhões de euros previstos para Portugal, em que uma das linhas está relacionada



ROSA SANTOS

José Manuel Fernandes falou dos programas comunitários que podem apoiar projectos de cooperação entre as regiões fronteiriças

O eurodeputado ao Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes, felicitou ontem a organização pela “excelente iniciativa” que foi a conferência ‘Segurança transfronteiriça - ligações Norte de Portugal/Galiza’ lembrando que “falar de segurança é também falar da protecção da vida que é o valor supremo a proteger” numa sociedade. A conferência foi coorganizada pelo jornal Correio do Minho/ Rádío Antena Minho e pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

com o ambiente.

José Manuel Fernandes identifica uma dificuldade de Portugal, em relação a Espanha, e que tem a ver com as competências das regiões autonómicas, como é o caso da Galiza.

“Os nossos municípios têm competências limitadas” aponta o eurodeputado, sustentando que valeria a pena, no quadro da descentralização administrativa, pensar na descentralização de competências para os municípios da raia fronteiriça “para que não haja a necessidade de estar a espera de autorização face a uma ocorrência dramática”.

“Tem que haver mecanismos expeditos de acção” defendeu José Manuel Fernandes que lembrou os bombeiros espanhóis que estavam disponíveis para apoiar o combate em Portugal e que não tiveram autorização.

Ainda no que toca a verbas disponíveis, o eurodeputado - que foi também relator do Plano Juncker - lembrou que os pro-

jectos transfronteiriços contam com uma “adicionalidade reforçada”.

“A valorização da floresta não pode ser pensada em comum, criando, por exemplo, centrais de biomassa devidamente dimensionadas?” questionou ontem o eurodeputado.

No caso do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que financia a cooperação transfronteiriça, há um aumento de dois por cento, explicou José Manuel Fernandes que alertou para a a necessidade de definir, desde já, o tipo de projectos essenciais neste domínio.

O eurodeputado revela que Espanha “tira muito mais partido dos programas de cooperação transfronteiriça”.

Para José Manuel Fernandes, “há desafios que só conseguimos vencer se os enfrentarmos em conjunto”, mas “há um trabalho enorme a fazer” nas interconexões de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, na energia, “até para melhorar o mercado interno e a segurança”.



RICARDO RIO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Cooperação transfronteiriça “aquém daquilo que é desejável”



ROSA SANTOS

Presidente da Assembleia do Eixo Atlântico e da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, deu os parabéns ao Correio do Minho e à Antena Minho pela organização desta conferência em co-organização com o Eixo Atlântico

A cooperação transfronteiriça entre Norte de Portugal e a Galiza “está aquém daquilo que seria desejável”, lamentou o presidente da Assembleia do Eixo Atlântico, Ricardo Rio, na sessão de encerramento da conferência ‘Segurança Transfronteiriça’, promovida ontem pelo jornal Correio do Minho e pela rádio Antena Minho, em co-organização com o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

O também presidente da Câmara Municipal de Braga referiu que perante a escassez de recursos, os meios existentes do outro lado da fronteira podiam ser aproveitados, suprimindo as barreiras existentes. “Se trabalhamos do ponto de vista da mobilidade social e da cultura, por exemplo, como é que ainda temos barreiras administrativas?”, questionou o autarca, defendendo que “é preciso partilhar recursos para não se colocar em causa a segurança de bens e pessoas”.

Por isso, Ricardo Rio considerou que “fazia todo o sentido, e não apenas entre o Norte de Portugal e a Galiza, a criação de

estruturas de coordenação supranacional entre os territórios de fronteira de forma a viabilizarem este estreitar de laços transfronteiriços para uma resposta mais cabal”. O edil bracarense admitiu mesmo que a resposta às emergências “é uma questão crítica, não só nesta zona de fronteira, mas é transversal a toda a fronteira de Portugal com Espanha”.

E o presidente do Município e Braga apontou o dedo: “o ano passado, tivemos meios que estavam disponíveis e não foram utilizados. Perante este tipo de situações é preciso estimular a colaboração na óptica de prevenção e do combate. O planeamento é o segredo do sucesso para a segurança da população. Se as situações ocorrem e tivermos resposta mais integrada seguramente que a populações estarão melhores servidas”, defendeu o autarca bracarense.

E Ricardo Rio foi mais longe: “esta [segurança e combate a incêndio] é uma área em que os recursos são manifestamente insuficientes e seria muito importante partilhar respostas dos dois lados da fron-

teira. Mas, infelizmente, até por condicionamento de natureza legal, isso não é possível”.

“Satisfeito” com esta quarta conferência, promovida pelo jornal Correio do Minho e a rádio Antena Minho, em co-organização com o Eixo Atlântico, Ricardo Rio saudou a própria associação transfronteiriça por “cumprir em pleno os fins para que foi criada há 25 anos, sendo um agente de colaboração entre instituições, sobretudo, nesta visão integrada de toda a eiorregião”. O presidente da Assembleia do eixo Atlântico acredita mesmo que se pode “definitivamente fazer a diferença”.

Ainda no discurso de encerramento da conferência, Ricardo Rio deixou ainda uma “saudação especial” ao jornal Correio do Minho e à rádio Antena Minho por terem “trazido a debate esta dimensão da cooperação transfronteiriça, no caso da segurança, rasgando e ultrapassando fronteiras e, ao mesmo tempo, ajudando a criar consciência pública destas matérias, trabalhando sempre a comunicação de forma muito positiva”.

“Não podemos ficar indiferentes a notícias como as que vimos no ano passado e que davam conta da existência de meios disponíveis do outro lado da fronteira, mas que devido a barreiras burocráticas, não foram utilizados no combate a fogos quer na Galiza, quer no Norte de Portugal. Mesmo que escassos, os recursos têm de ser aproveitados em pleno numa questão de lógica de racionalização e de utilização eficiente de recursos”, assumiu o presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio.



TESTEMUNHOS

Não chega limpar as florestas é preciso dotar municípios de competências e coordenação

Depois do ano trágico de 2017, “tinha que se fazer alguma coisa”, mas o caminho que está a ser seguido “não é o mais adequado”. Pelo menos esta é a opinião de alguns dos convidados que participaram ontem na conferência ‘Segurança transfronteiriça - ligação Norte de Portugal e a Galiza’, promovida pelo jornal Correio do Minho, pela rádio Antena Minho e o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

A abordagem e discussão técnica e científica sobre os incêndios florestais e a prevenção são temáticas cada vez mais pertinentes e para o chefe da Divisão Municipal de Protecção Civil de Braga, Vítor Azevedo, “é preciso sair dos gabinetes”, porque “as regras não podem ser decididas na centralidade de Lisboa e aplicadas a régua e esquadra a todo o país”. Por isso, este tipo de debate “é fundamental, porque é preciso descer ao nível científico e técnico já que os territórios têm características completamente diferentes e a realidade do Minho e Galiza é diferente da do Alentejo”, defendeu Vítor Azevedo, destacando a importância da cooperação entre as várias entidades ao nível do conhecimento científico e técnico. “Estamos num país demasiado pequeno para tanta centralidade e para tratar as coisas a nível tão superior. Há necessidade de envolver cada vez mais e dar mais competências, porque responsabilidades já têm, ao nível dos municípios e das freguesias”, apelou aquele responsável. E para Vítor Azevedo não basta criar unidades locais de protecção civil e oficiais de segurança das aldeias. “Apesar da pertinência das medidas é necessário dotar os municípios de competências na área, competências de organização e coordenação ao nível do próprio município sem ter que estar dependente de uma decisão distrital e nacional, porque como o território do Minho não é igual ao do Alentejo também o concelho de Braga não tem, por exemplo, a mesma realidade que Vieira do Minho ou Cabeceiras de Basto”, desafiou aquele responsável.

Também presente na conferência esteve o vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Braga, Altino Bessa, que considerou o tema “pertinente”, dando os parabéns ao jornal Correio do Minho, à rádio Antena Minho e ao Eixo Atlântico pela organização.

Perante a realidade actual, Altino Bessa admitiu que “não há soluções definitivas e aquilo que está a ser feito do ponto de vista teórico é muito bonito, mas do ponto de vista prático simplesmente não funciona, continua a não funcionar”. E o vereador exemplificou: “já tivemos uma série de incêndios nos últimos dias e tinham que estar cá os meios aéreos e simplesmente não estão. Aconteceu exactamente o mesmo que o ano passado”.

O Estado, continuou Altino Bessa, “tem colocado imposições, pressão e legislação para obrigar os grandes prevaricadores daquilo que é a prevenção

de incêndios. Mas o Estado não dá o exemplo”.

Em Braga, exemplificou Altino Bessa, “o Estado é proprietário da antiga estação agrária de Lamações, situada num centro urbano, e está com silvado enorme e não é limpa. Pior foi notificada pela câmara e não deram resposta. O mesmo acontece com antiga escola Luís de Castro”. O Estado “abandonou as pessoas nos incêndios e não dá o exemplo este ano. Vêm-se mais reforços, mas na prática não se sente isso”, apontou o dedo.

Carlos Cação, presidente da Associação Florestal Cávado, realçou a qualidade dos oradores e a pertinência do tema trazido à agenda. Até agora, “passou-se a imagem que era preciso limpar, mas isso não chega e a ideia de limpar a todo o custo não funciona. É preciso dar ordem de comando e repensar tudo novamente, porque uma reacção imediata como foi feita não funciona”, criticou. O presidente daquela associação concorda que “alguma coisa tinha de ser feita, mas é preciso pensar num projecto a longo prazo e não a tão curto prazo como está a ser feito”.

Carlos Neves, ex-vice-presidente da CCDR-N, também partilha da mesma opinião. “A consequência imediata das tragédias é disparar legislação para todo o lado”. Mas Carlos Neves não concorda: “lançamos um conjunto de medidas, acreditando que tudo isso resolverá o problema e aliviámos assim a nossa consciência. O certo é que na realidade isso não funciona, a história demonstra que passados alguns tempos os acontecimentos repetem-se”. Perante a realidade, aquele responsável foi pre-emptório: “se não analisarmos os dados de tudo o que aconteceu provavelmente no futuro vamos ter situações mais graves e danosas para todos nós”.

Outro aspecto importante da conferência realizada ontem é a importância que tem para informar e educar. “O que está a ser feito não está a resultar. A limpeza das matas e florestas é relevante, mas é preciso perceber se estamos a fazer a limpeza como deve ser e da forma mais inteligente”. Para Carlos Neves “é preciso envolver todos, desde logo as autarquias, as pessoas e a academia que tem um conhecimento produzido e técnicas estudadas que demonstram que podem ser colocadas ao serviço das populações e autoridades”. A propósito, as autoridades têm que se articular de forma diferente, porque, ainda na opinião daquele convidado, “falta muita articulação e coordenação”.

Também a cooperação com Galiza é, ainda nas palavras de Carlos Neves, “crítica”. E continuou: “O Norte de Portugal e a Galiza têm problemas muito comuns e essa cooperação tem que existir e ser incentivada e isso significa que é fundamental olhar para o território, para as pessoas e para a capacidade que temos. Essa especialização territorial tem de ser feita pelas autarquias e pessoas que estão no terreno, não vale a pena associar para o lado porque o problema está à nossa porta”.



ROSA SANTOS

Vítor Azevedo, chefe de Divisão Municipal da Protecção Civil de Braga



ROSA SANTOS

Altino Bessa, vereador do Ambiente da Câmara Municipal de Braga



ROSA SANTOS

Carlos Cação, presidente da Associação Florestal do Cávado



ROSA SANTOS

Carlos Neves, ex-vice-presidente da CCDR-N



APOIOS

Parceiros contribuíram para sucesso da Conferência

Organizada pelo jornal Correio do Minho e pela rádio Antena Minho, em parceria com a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, a Conferência sobre Segurança Transfronteiriça - Ligações Norte de Portugal/Galiza fez-se também um vasto leque de apoios que contribuíram para o sucesso desta iniciativa.

A conferência decorreu no Auditório de São Marcos da Santa Casa da Misericórdia de Braga. O provedor, Bernardo Reis, realçou que a Misericórdia tem a particularidade de “gostar de fazer parcerias, dentro de um espírito solidário, privilegiando o trabalho em rede, seja com instituições de solidariedade, autarquias ou outras forças vivas”, como é o caso do Correio do Minho e da Antena Minho.

Bernardo Reis realçou que para a Santa Casa “é um orgulho colaborar com o Correio do Minho e com a Antena Minho”, considerando que são órgãos de informação “de referência na cidade e na região”. “No caso concreto do Correio do Minho sou um leitor assíduo da edição em papel. Não abdicó da imprensa escrita, sobretudo da regional”, venceu o provedor, que elogiou ainda a temática da conferência por abordar as relações transfronteiriças, tão importantes nos dias de hoje.

Na abertura da conferência, Paulo Monteiro, director do Correio do Minho e da Antena Minho, agradeceu à Misericórdia de Braga por ter sido “fantástica e inextinguível” na organização desta conferência, agradecimentos que se estenderam aos restantes parceiros que apoiaram o evento. Um desses parceiros é a Uselabel Publicidade. João Gama Ribeiro, gerente da empresa, realça que a Uselabel “tem todo o interesse em marcar presença nos grandes eventos da sua cidade”, destacando que no caso concreto este é um evento que extravasa as fronteiras de Braga.

Criada em 1998 com o nome Servip (serviços de impressão e publicidade), a Uselabel tem-se mantido na vanguarda da impressão digital, investindo em soluções de última geração e da mais alta tecnologia em todos os domínios da publicidade. Sediada na Nogueira, na Travessa do Pinheiro, Pavilhão CV, a Uselabel pode ser contactada através do 253 681 250, prestando serviço em todas as zonas do país.

Na realização desta conferência, contamos ainda com os preciosos apoios da Cavagri, da Tipografia de Priscos e do Pingo Doce Braga Parque.

FICHA TÉCNICA

Arcada Nova - Comunicação, Marketing e Publicidade, SA.
Pessoa colectiva n.º 504 265 342.
Capital social: 150 mil euros. N.º matrícula 6096
Conservatória do Registo Comercial de Braga

DIRECTOR DO JORNAL Paulo Monteiro (CP 1838)
CHEFE DE REDACÇÃO Rui Miguel Graça (CP 4797-A)
SUB-CHEFE DE REDACÇÃO Miguel Machado (CP 7631)
TEXTOS Carlos Costinha Sousa (CP8872), Marlene Cerqueira (CP5505), Patrícia Sousa (CP 5948) e Teresa Marques da Costa

(CP 3710-A)
FOTOGRAFIA Rosa Santos
GRAFISMO Rui Palmeira e Filipe Leite
IMPRIME: Naveprinter, Indústria Gráfica do Norte, SA
Tiragem: 12.000 exemplares



ROSA SANTOS

Bernardo Reis, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, marcou presença na conferência



ROSA SANTOS

Manuel Freitas Costa, presidente do CA da Arcada Nova, também marcou presença



ROSA SANTOS

Um momento de convivio no intervalo da conferência



ROSA SANTOS

Iniciativa suscitou a curiosidade dos GIPS da GNR



ROSA SANTOS

Debate serviu para troca de impressões entre participantes